

Luiz Alberto Blanchet

**ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, ÉTICA E
DESENVOLVIMENTO**

**O QUE O AGENTE PÚBLICO DEVE
E O QUE NÃO PODE FAZER**

3ª Edição – Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2019

SUMÁRIO

Capítulo I	NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	9
1	ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	9
2	OBJETIVO DESTE ESTUDO.....	10
3	DELIMITAÇÃO.....	11
4	O AGENTE.....	13
5	A VONTADE.....	13
6	GRANDES MOMENTOS DE DEFINIÇÃO DA VONTADE DO ESTADO.....	20
7	O PRINCÍPIO DA OBJETIVIDADE.....	21
8	O AGENTE – UM SER HUMANO COM OS VÍCIOS, MAS TAMBÉM COM AS QUALIDADES A ELE INERENTES.....	22
9	INTERESSE PÚBLICO.....	28
10	TÉCNICA JURÍDICA.....	31
11	CIÊNCIA DO DIREITO.....	33
12	O QUE O DIREITO EXIGE DO AGENTE PÚBLICO.....	36
13	RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA.....	37
14	CONTROLE DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA ...	38
15	NECESSIDADES COLETIVAS E SUAS SOLUÇÕES.....	39
Capítulo II	DISCRICIONARIEDADE.....	43
1	CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES.....	43
2	A FALSA DISCRICIONARIEDADE.....	44

3	A INSUFICIÊNCIA DA NORMA	45
4	DEVER E NÃO “PODER” DISCRICIONÁRIO	45
5	DISCRICIONARIEDADE E SUBJETIVIDADE	47
6	SUBJETIVIDADE DISCRICIONÁRIA	48
7	FATORES OBJETIVOS VINCULANTES E DISCRICIONARIEDADE	49
8	CONJUGAÇÃO DA NORMA E DO FATO.....	50
9	LEGALIDADE	52
10	JURIDICIDADE.....	53
11	OS TRÊS FATORES OBJETIVOS VINCULANTES DA ATUAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO.....	54
12	RAZÕES JUSTIFICATIVAS DA DISCRICIONARIEDADE ...	55
13	TEORIAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA DISCRICIONARIEDADE	56
14	CONCLUSÕES SOBRE AS TEORIAS.....	60
15	CONDICIONAMENTOS DA DISCRICIONARIEDADE ...	62
	15.1 Aspectos Condicionantes Essenciais	64
	15.2 Aspectos Condicionantes Circunstanciais.....	67
16	ORIENTAÇÕES PRÁTICAS.....	69
Capítulo III ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES PELO ESTADO.....		75
1	OBRIGAÇÕES DO ESTADO E SEUS PRESSUPOSTOS PROCEDIMENTAIS.....	75
2	REQUISITOS DA LICITAÇÃO	77
3	POR QUE LICITAR?	79
4	METODOLOGIA A SER ADOTADA NO EXAME DO MOTIVO DA LICITAÇÃO.....	81
5	MOTIVO DA LICITAÇÃO E NECESSIDADE.....	82
6	MOTIVO INEXISTENTE E SOLUÇÃO INIDÔNEA.....	85
7	OUTROS CASOS “PATOLÓGICOS”	86

8	PRINCÍPIO DA PRIORIDADE	88
9	PARA QUE LICITAR?.....	89
10	O QUE OCORRE NA PRÁTICA.....	90
11	QUANDO E ONDE LICITAR?.....	91
12	O QUE LICITAR.....	93
13	VINCULAÇÕES EM CADEIA.....	95
14	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NÃO SÃO OS ÚNICOS CASOS DE NÃO OBRIGATORIEDADE DE LICITAR.....	97
	REFERÊNCIAS	99
	ÍNDICE REMISSIVO	101